



Número: **0815442-65.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **14/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MATHEUS TERFOARA VILANOVA VIEIRA OLIVEIRA (AUTOR)		FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO (ADVOGADO)	
MARINETO GOMES DE OLIVEIRA (INTERESSADO)		FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19466000	24/08/2021 23:55	Embargos de Declaração	MANIFESTAÇÃO

PROCESSO Nº: 0815442-65.2020.8.18.0140

MATHEUS TERFOARA VILANOVA VIEIRA OLIVEIRA, nos autos da ação que move em face de **EMBARGADO**, tendo tomado ciência da respeitável **SENTENÇA de ID. 19237469**, vem, com fundamento no artigo 1022 do Código de Processo Civil, pedir vênia tempestivamente para opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, o que faz nos seguintes termos:

Cabem embargos de declaração quando:

- I- Houver, na sentença ou acórdão obscuridade ou contradição;
- II- For omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.
Nelson Nery junior, Rosa Maria de Andrade Nery. Código de processo civil comentado. 10ª edição

Como disposto acima, os embargos de declaração são cabíveis quando há **obscuridade**, **omissão** ou **contradição** no julgado.

A Respeitável decisão embargada julgou procedente em parte os pedidos, condenando o réu ao pagamento de **R\$ 3.206,25 (três mil duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos)** para o requerente a título de complementação da indenização securitária DPVAT.

Ocorre que, a despeito do notório saber jurídico da ilustre magistrada, a **respeitável decisão contém um ERRO MATERIAL ao DEDUZIR os valores recebidos em sede administrativa pela seguradora (R\$ 4.045,00) pelos valores adquiridos em perícia judicial (R\$ 6.412,50).**



Ou seja, **o valor correto da condenação seria de R\$ 2.367,50** (dois mil trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), **E NÃO** R\$ 3.206,25 (três mil duzentos e seis reais e vinte e cinco centavos), conforme disposto em sentença.

Requer também que a nobre magistrada majore os honorários de sucumbência que em sentença foram arbitrados em tão somente 10% do valor da condenação, **valor ínfimo para conforme o art. 85, § 2º do CPC no importe de 20%**, caso o direito a indenização da parte autora **ultrapasse a metade** do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de 6.750,50, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 2º do artigo 85 do novo CPC na condenação de honorários.

Porém, caso o valor a ser indenizado á parte autora, **não ultrapasse a metade do máximo indenizável**, o que o torna pequeno o valor, **REQUER**, a condenação da requerida nos honorários advocatícios, **com fundamento no parágrafo 8º do artigo 85 do NOVO CPC eviando assim honorários irrisórios e consequente desvalorização profissional.**

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a modificação da **Sentença proferida que incidiu em ERRO MATERIAL**, **tão somente para modificar o valor correto da complementação da indenização, PARA O VALOR DE R\$ 2.367,50 (dois mil trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme laudo pericial realizado por médico perito nomeado por este juízo na data de 10 de novembro de 2020**, motivo pelo qual deve ser conhecido os Embargo de Declaração interposto pela parte autora.

REQUER também a majoração dos honorários de subumbência tendo em vista a boa-fé do requerente em reconhecer um erro material na sentença para que não haja atrasos no pagamento da condenação pela seguradora, conforme **parágrafo 8º do artigo 85 do NOVO CPC eviando assim honorários irrisórios, pois conforme novo valor da condenação os honorários caso fossem fixados em 10% sobre o valor da condenação, seria tão simplesmente o valor de R\$ 236,75, valor ínfimo e que desvaloriza a profissão tão nobre que é o do advogado.**

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 24 de agosto de 2021.

FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO

Documento assinado eletronicamente



(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)

